



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150808 - MG (2021/0232468-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : DAVID JUNIO DE AGUIAR SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : THIAGO SEBE LEAL - MG115774
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DAVID JUNIO DE AGUIAR SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.113087-7/000).

O recorrente foi preso em flagrante pela prática em tese dos crimes previstos nos arts. 180, *caput*, e 330, ambos do Código Penal e no art. 311 do Código de Trânsito Brasileiro. Homologada, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

Sustenta a desnecessidade da prisão preventiva e a sua ilegalidade, ao argumento de que é desproporcional em relação às possíveis penas aplicáveis no seu caso e, ainda, por excesso de prazo na formação de sua culpa.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, o que não se mostra adequado neste momento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se, por fim, que a tese de desnecessidade e ilegalidade da custódia cautelar por suposta desproporcionalidade em relação às possíveis penas não foi enfrentada no acórdão recorrido. Desse modo, o exame da pretensão recursal por esta Corte Superior, neste ponto, consumaria indevida supressão de instância, o que, em princípio, não é admissível.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência